

CADERNO DE ENCARGOS

(Concurso Público)

PROCEDIMENTO N.º 11/UMC/MAAC/2020

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS, ALOJAMENTO E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES

ÍNDICE

CLÁUSULA 1. ^a - OBJETO.....	3
CLÁUSULA 2. ^a –PRAZO DE EXECUÇÃO	3
CLÁUSULA 3. ^a - PREÇO BASE.....	4
CLÁUSULA 4. ^a - PREÇO CONTRATUAL	4
CLÁUSULA 5. ^a - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
CLÁUSULA 6. ^a - OBRIGAÇÕES DOS CONTRAENTES PÚBLICOS.....	6
CLÁUSULA 7. ^a - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE.....	7
CLÁUSULA 8. ^a – GESTORES E GESTORAS DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 9. ^a - SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 10. ^a - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS.....	10
CLÁUSULA 11. ^a - SEGUROS.....	10
CLÁUSULA 12. ^a - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	10
CLÁUSULA 13. ^a - SANÇÕES.....	10
CLÁUSULA 14. ^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELOS CONTRAENTES PÚBLICOS	12
CLÁUSULA 15. ^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE	12
CLÁUSULA 16. ^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	13
CLÁUSULA 17. ^a - DÚVIDAS DE INTERPRETAÇÃO	13
CLÁUSULA 18. ^a - MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	13
CLÁUSULA 19. ^a - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	14
CLÁUSULA 20. ^a - FORO COMPETENTE	14
CLÁUSULA 21. ^a – EXECUÇÃO DO CONTRATO	14
CLÁUSULA 22. ^a - REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS	17
CLÁUSULA 23. ^a – NÍVEIS DE SERVIÇO.....	18
ANEXO I – DADOS DOS CONTRAENTES PÚBLICOS.....	19

CLÁUSULA 1.ª - OBJETO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do Procedimento n.º 11/UMC/MAAC/2020, que tem por objeto a prestação de serviços de viagens, alojamento e outros serviços complementares, em conformidade com especificações descritas na cláusula 21.ª e seguintes.
2. Os serviços a contratar são os seguintes:
 - a) **Transporte aéreo** – consulta, reserva e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais e eventuais alterações e cancelamentos;
 - b) **Alojamento** – consulta, reserva e emissão de *vouchers* de alojamento em território nacional e internacional e eventuais alterações e cancelamentos;
 - c) **Transporte ferroviário** - consulta, reserva e emissão de títulos de transporte nacionais e internacionais e eventuais alterações e cancelamentos;
 - d) **Aluguer de viaturas (*rent-a-car*)** - consulta, reserva e emissão de *vouchers* de aluguer de viaturas em território nacional e internacional, sendo que a prestação deste serviço só poderá ser efetuada quando associada a pelo menos um dos serviços indicados nas alíneas a), b) e c) e eventuais alterações e cancelamentos;
 - e) **Outros serviços complementares** – transferes, vistos e/ou entrega de documentação.
3. A contratação será efetuada ao abrigo do CPV 63510000-7 – Serviços de agências de viagens e serviços similares.

CLÁUSULA 2.ª – PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A vigência dos contratos inicia-se na data de outorga dos mesmos.
2. Os contratos cessam a sua vigência a 31 de dezembro de 2021 ou se antes for atingido o preço contratual previsto no n.º 1 da Cláusula 4.ª.
3. Sem prejuízo do número anterior, os **Contraentes Públicos** podem proceder à denúncia dos contratos, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data pretendida para a cessação da sua vigência, desde que concluído o novo procedimento centralizado.

4. Os contratos mantêm-se em vigor até à sua plena e pontual execução, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no Caderno de Encargos, sem prejuízo das condições acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 3.^a - PARÂMETROS BASE

Os preços propostos pelos concorrentes para a TUFPS – Taxa única Fixa por Pedido de Serviços, a apresentar para efeitos do critério de adjudicação fixado no convite à apresentação de propostas, para cada Lote, não podem ser superiores aos Parâmetros Base (valores sem IVA), indicados no Quadro 1:

Quadro 1 - Parâmetro base por TUFPS

TUFPS	Parâmetro Base
TUFPS-3 – Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços até 3 pessoas, inclusive	20,00 €
TUFPS4-9 – Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços para 4 até 9 pessoas	35,00 €
TUFPS10+ – Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços para 10 ou mais pessoas	50,00 €

CLÁUSULA 4.^a - PREÇO CONTRATUAL

1. O preço contratual é o que resulta da proposta adjudicada, por Lote, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos casos em que este seja devido, cujo total corresponde ao valor máximo da despesa autorizada com a seguinte distribuição por Lote e por Entidade:

Quadro 2 - Preço Contratual

Lote 1 - Gabinetes dos Membros do Governo e Órgãos Consultivos			
Entidade		Valor máximo da despesa autorizada	
		Preço Contratual (S/ IVA)	(C/ IVA)
Acção Governativa	GMAAC	49 000,00 €	60 270,00 €
	GSEAE	29 097,56 €	35 790,00 €
	GSEAMB	14 943,09 €	18 380,00 €
	GSECNFOT	5 707,32 €	7 020,00 €
	GSEMOB	32 138,21 €	39 530,00 €
Subtotal Acção Governativa		130 886,18 €	160 990,00 €
CNADS		975,61 €	1 200,00 €
Total do Lote		131 861,79 €	162 190,00 €

Lote 2 - Direções-Gerais e equiparadas			
Entidade		Valor máximo da despesa autorizada	
		Preço Contratual (S/ IVA)	(C/ IVA)
SGA	SGA	56 317,07 €	69 270,00 €
	EEAGRANTS	18 211,38 €	22 400,00 €
	POSEUR	43 495,93 €	53 500,00 €
	Subtotal SGA	118 024,39 €	145 170,00 €
FA		9 918,70 €	12 200,00 €
DGT		24 227,64 €	29 800,00 €
DGE		99 750,00 €	122 692,50 €
IGAMAOT		45 479,67 €	55 940,00 €
Total do Lote		297 400,41 €	365 802,50 €

Lote 3 - Institutos Públicos			
Entidade		Valor máximo da despesa autorizada	
		Preço Contratual (S/ IVA)	(C/ IVA)
APA, I.P.		99 750,00 €	122 692,50 €
LNEG, I.P.		99 750,00 €	122 692,50 €
ICNF, I.P.		99 750,00 €	122 692,50 €
Total do Lote		299 250,00 €	368 077,50 €

2. O preço contratual a pagar inclui os serviços que vierem a ser efetivamente utilizados pelos **Contraentes Públicos** durante a execução do contrato, bem como a TUFPS – Taxa única Fixa por Pedido de Serviços a aplicar.
3. À prestação dos serviços de viagens aplica-se o regime específico do IVA (Regime da margem de lucro – Agências de viagens) plasmado no Decreto-lei n.º 221/85, de 03/07, alterado pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 26/10, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30/12 e pelo Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24/08 bem como o regime de isenção previsto no artigo 14.º do Código do IVA.
4. O preço referido no número anterior inclui todos e quaisquer custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída aos **Contraentes Públicos**, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças
5. O preço contratual não está sujeito a revisão de preços.

CLÁUSULA 5.ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de até 60 (sessenta) dias após a receção da fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e desde que verificada a sua conformidade pelo Gestor ou Gestora dos **Contraentes Públicos**, nos termos da Cláusula 8ª do presente caderno de encargos.
2. O total de cada fatura deve compreender o preço a pagar pelos serviços efetivamente prestados em execução do contrato, e será composto pelos seguintes elementos:
 - a) Custo dos serviços devidamente detalhado por viagens, alojamento e outros serviços complementares;
 - b) Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços (TUFPS).
3. A fatura deve ser apresentada na morada dos **Contraentes Públicos** indicada no Anexo I.
4. A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no artigo n.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. Os **Contraentes Públicos** podem emitir notas de encomenda parciais, em função dos fundos disponíveis, que devem conter os números de compromisso válidos e sequenciais, que o **Cocontratante** deve indicar nas faturas.
7. Em caso de discordância por parte dos **Contraentes Públicos** quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. O não pagamento dos valores contestados pelos **Contraentes Públicos** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais, devendo, no entanto, os **Contraentes Públicos** proceder ao pagamento da importância não contestada.
9. No caso da suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** são automaticamente suspensos por igual período.
10. Os **Contraentes Públicos** estão sujeitos ao pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária, independentemente da sua fonte, nos termos da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, conjugada com o artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 6.ª - OBRIGAÇÕES DOS CONTRAENTES PÚBLICOS

Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável, e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para os **Contraentes Públicos** as seguintes obrigações:

- a) Assegurar de modo adequado as suas responsabilidades, incluindo as obrigações de informação, cooperação, pagamento e outras expressamente previstas;
- b) Validar e aceitar os serviços prestados;
- c) Pagar o preço contratualizado;
- d) Dirigir e fiscalizar o modo de execução do contrato, no sentido estritamente necessário à prossecução do interesse público e salvaguardando a autonomia do **Cocontratante**, nos termos do artigo 302.º e seguintes do CCP;
- e) Aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento;
- f) Facultar ao **Cocontratante** as condições logísticas necessárias, sempre que haja necessidade de deslocação ou de prestação de serviços específicos nas respetivas instalações;

- g) Nomear um gestor ou gestora de categoria responsável pela gestão do contrato, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação.
- h) Reportar à UMC, em tempo útil, os aspetos relevantes da execução do contrato que tenham impacto no cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA 7.ª - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

1. O **Cocontratante** obriga-se a executar o contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem, ainda, obrigações do **Cocontratante**:
 - a) Executar o contrato, em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar todos os meios humanos, materiais e logísticos necessários e adequados à boa e pontual execução do contrato;
 - c) Prestar toda a cooperação e esclarecimentos necessários à execução célere e rigorosa dos serviços e proceder às alterações consideradas necessárias pelos **Contraentes Públicos**;
 - d) Nomear um gestor ou uma gestora do contrato, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação;
 - e) Comunicar antecipadamente, ou logo que tenha conhecimento, aos **Contraentes Públicos**, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a execução do contrato, ou o cumprimento de quaisquer das suas obrigações;
 - f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato sem prévia autorização dos **Contraentes Públicos**;
 - g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere a sua designação, denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
 - h) Comunicar aos **Contraentes Públicos** a ocorrência, no decurso da execução do contrato, de qualquer das circunstâncias previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - i) Apresentar cópia dos bilhetes de avião e documentos comprovativos dos demais serviços prestados (alojamentos e outros serviços complementares) sempre que solicitado pelos **Contraentes Públicos**;

- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- k) O **Cocontratante** está obrigado à emissão de relatórios de faturação mensais, em formato Excel, ou equivalente, de modo a que os **Contraentes Públicos** possam monitorizar a faturação detalhada, permitindo filtros simultâneos de análise de consumo.
- l) O **Cocontratante** está ainda obrigado à emissão de relatórios de níveis de serviço trimestrais, indicados na Cláusula 23.^a com a avaliação do cumprimento dos mesmos, eventuais incumprimentos e respetivas justificações.
- m) Os relatórios referidos nos números anteriores devem ser remetidos aos **Contraentes Públicos**, até ao 10.º dia útil subsequente ao final de cada mês ou trimestre, respetivamente.

CLÁUSULA 8.^a – GESTORES E GESTORAS DO CONTRATO

1. Para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, são designados os/as seguintes gestores e gestoras para o acompanhamento da execução dos contratos:

Entidades MAAC		Gestor/Gestora Contrato	Endereço de correio eletrónico	Contacto Telefónico
Ação Governativa	GMAAC - Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática	Maria Paula Laborde Isabel Parrinha Maria José Isabel	paula.laborde@maac.gov.pt isabel.parrinha@maac.gov.pt m.jose.isabel@maac.gov.pt	213 232 501/2/3
	GSEAE - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia	Susana Ladeira	susana.ladeira@maac.gov.pt	213 232 556/74
	GSEAMB - Gabinete da Secretária de Estado do Ambiente	Ana Isabel Antunes	ana.i.antunes@maac.gov.pt	213 232 511/5
	GSECNFOT - Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território	Sara Pereira	sara.pereira@maac.gov.pt	213 232 522
	GSEMOB - Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade	Fernanda Sobral	fernanda.sobral@maac.gov.pt	213 232 507/8
Secretaria-Geral do Ambiente	SGA - Secretaria-Geral do Ambiente	Vânia Rita Calado Mau	rita.mau@sgambiente.gov.pt	213 231 560
	POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	Maria de Fátima Cortes Simões Adosinda Elisiário	fatima.simoes@poseur.portugal2020.pt adosinda.elisario@poseur.portugal2020.pt	211 545 016 211 545 069
	EEA GRANTS - Programa Ambiente	José Manuel Pinto	jose.pinto@sgambiente.gov.pt	213 231 644
FA - Fundo Ambiental		Ana Catarina Pinheiro	catarina.pinheiro@fundoambiental.pt	213 231 500
CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável		Filomena Passarinho	filomena.passarinho@sgambiente.gov.pt	213 231 541
DGT - Direção-Geral do Território		Gonçalo Crisóstomo	gcrisostomo@dgterritorio.pt	213 819 600
DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia		Maria Emília Nobre	emilia.nobre@dgeg.gov.pt	217 922 842
IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território		Cristina Guerreiro	cguerreiro@igamaot.gov.pt	213 215 571
APA, I.P. - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.		Ema Ribeiro	ema.ribeiro@apambiente.pt	966 427 665
LNEG, I.P. - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.		Margarida Mata	margarida.mata@lneg.pt	210 924 691
ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.		Rúben Brites	ruben.brites@icnf.pt	213 507 904

2. Ao gestor ou à gestora do contrato incumbe o acompanhamento permanente da execução do Contrato, avaliando o desempenho do **Cocontratante** em sede de execução técnica, material e financeira, nomeadamente:
 - a) Verificar, entre outros aspetos, a conformidade dos serviços prestados relativamente às obrigações contratuais;
 - b) Verificar, entre outros aspetos, o cumprimento do prazo de execução das principais prestações objeto do contrato a que o **Cocontratante** se vinculou em sede de obrigações contratuais;
 - c) Validar, entre outros aspetos, a conformidade das faturas emitidas pelo **Cocontratante**;
 - d) Identificar e reportar desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato e promover o acesso e comunicabilidade necessários à boa consecução do mesmo, apresentando-se como uma mais-valia para o rigor, a eficiência e a eficácia na gestão do contrato.
3. Qualquer alteração ao gestor indicado no número 1. será comunicada ao **Cocontratante** no prazo de 3 (três) dias úteis.

CLÁUSULA 9.ª - SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O **Cocontratante** e os seus colaboradores devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos **Contraentes Públicos**, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo **Cocontratante** ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O **Cocontratante** e respetivos colaboradores, independentemente do vínculo contratual, encontra-se sujeito à aplicação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

CLÁUSULA 10.ª - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do **Cocontratante** quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.
2. Caso os **Contraentes Públicos** venham a ser demandados por terem infringido quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o **Cocontratante** fica, desde logo, obrigado a indemnizar por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.

CLÁUSULA 11.ª - SEGUROS

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura através de contratos de seguro dos seguintes riscos:
 - a) Acidente em serviço para os recursos humanos envolvidos na execução do contrato;
 - b) De um modo geral, os seguros que sejam obrigatórios por lei para a execução do contrato.
2. Os **Contraentes Públicos** podem, sempre que entenderem conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** fornecê-la no prazo máximo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 12.ª - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 13.ª - SANÇÕES

1. O incumprimento das obrigações contratuais confere aos **Contraentes Públicos** o direito a serem indemnizados, através da aplicação das sanções pecuniárias, a calcular nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento dos níveis de serviço indicados nas alíneas a), b) e c) da Cláusula 23.ª do presente caderno de encargos é aplicada uma sanção calculada da seguinte forma:

$$P = V \times A / 334$$

Em que:

P = Penalidade;

V = Valor do contrato;

A = N.º de dias em que se verifique o incumprimento [dias úteis para as alíneas a) e c) e dias de calendário, incluindo sábados, domingos e feriados para a alínea b)]

- b. Pelo incumprimento dos níveis de serviço indicados nas alíneas d) e e) da Cláusula 23.ª do presente caderno de encargos é aplicada uma sanção calculada da seguinte forma:

$$P = V \times A / 334$$

Em que:

P = Penalidade;

V = Valor do contrato;

A = N.º de horas em atraso.

- c. Pelo incumprimento do nível de serviço previsto na alínea f) da Cláusula 23.ª do presente caderno de encargos, é aplicada uma sanção de 25 € por cada dia útil em incumprimento;
- d. Pelo incumprimento da alínea g) da Cláusula 23.ª do presente caderno de encargos é aplicada uma sanção de 50 €, por cada incumprimento em causa;
2. Entende-se por incumprimento das obrigações contratuais todas as situações em que o **Cocontratante** permitiu, ainda que com mera negligência, a inobservância do prazo a que estava vinculado a atuar no âmbito das obrigações previstas no Caderno de Encargos e/ou proposta.
3. Os **Contraentes Públicos** poderão deduzir das faturas a importância correspondente às sanções que forem devidas, nos limites permitidos no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O procedimento referido na presente Cláusula está sujeito a audiência prévia nos termos do n.º 2 do artigo 309.º do Código dos Contratos Públicos.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que os **Contraentes Públicos** exijam uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 14.ª- RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELOS CONTRAENTES PÚBLICOS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução aplicáveis previstos no Código dos Contratos Públicos, os **Contraentes Públicos** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Quando o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceda 20% do preço contratual;
 - b) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - c) Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - d) Não comunicação de alterações à sua atividade administrativa, jurídica ou comercial;
 - e) Incumprimento grave na execução do contrato.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, os **Contraentes Públicos** têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante** e as consequências do incumprimento.
3. Excecionam-se do disposto no número anterior as obrigações que dependam de comunicação ou notificação dos **Contraentes Públicos**.
4. O exercício do direito de resolução do contrato tem lugar mediante notificação escrita dirigida ao **Cocontratante**, da qual constem os fundamentos da situação de incumprimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data do seu conhecimento.
5. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.
6. Em caso de resolução do contrato por aplicação da presente Cláusula, o **Cocontratante** deve ceder a sua posição contratual ao concorrente indicado pelos **Contraentes Públicos**, nos termos e para os efeitos indicados no artigo 318.º-A do CCP.

CLÁUSULA 15.ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o **Cocontratante** pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de seis (6) meses, por razões não imputáveis ao **Cocontratante**; ou,
 - b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, por razões não imputáveis ao **Cocontratante**.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, exceto o disposto no número seguinte.
 3. O direito de resolução nos casos previstos no n.º 1 da presente Cláusula, pode ser exercido mediante declaração enviada ao gestor ou gestora do contrato, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
 4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CLÁUSULA 16.ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes contratantes relativas aos aspetos de execução do contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva confirmação de receção.
3. As notificações e as comunicações que tenham os **Contraentes Públicos** como destinatários e que sejam efetuadas através de correio eletrónico após as 17 horas do local de receção, ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas até às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 17.ª - DÚVIDAS DE INTERPRETAÇÃO

Em caso de divergência entre os documentos que fazem parte integrante do contrato, a sua prevalência é determinada pela ordem prevista no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 18.ª - MODIFICAÇÃO DO CONTRATO

Qualquer alteração a introduzir ao contrato no decurso da sua execução será objeto de acordo prévio entre as partes e só terá validade após a aprovação da entidade competente para autorizar despesa, nos termos do artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 19.ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente caderno de encargos e demais documentos contratuais, é aplicável o estatuído no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de maio.

CLÁUSULA 20.ª - FORO COMPETENTE

Para a resolução de qualquer litígio decorrente do contrato que vier a ser celebrado será exclusivamente competente a jurisdição do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 21.ª – EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do contrato consiste na prestação de serviços de viagens, alojamento e outros serviços complementares a prestar, devendo o **Cocontratante** para esse efeito assegurar as seguintes obrigações:

a) Transporte Aéreo:

- i. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- ii. Apresentação de opções de voos diretos sempre que estes estejam disponíveis;
- iii. Apresentação de opções de *low-cost* sempre que estas estejam disponíveis;
- iv. Reservas e emissões de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- v. Emissão de bilhetes eletrónicos e envio para os **Contraentes Públicos** através de correio eletrónico;
- vi. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, aeroportos, etc.;
- vii. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam aos **Contraentes Públicos** calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o terminal do aeroporto e o local do alojamento/evento);
- viii. Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, de forma a que o cliente possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado;

- ix. Negociação de um desconto sobre a tarifa *full-flex* em económica para destinos específicos, para utilização dos **Contraentes Públicos**;
- x. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com companhias aéreas no âmbito de contratos preferenciais que o Estado ou os **Contraentes Públicos** detenham a nível nacional ou internacional;
- xi. Criação e manutenção do perfil da entidade e dos seus “viajantes”, permitindo a aplicação da política de deslocações da respetiva entidade;
- xii. Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das companhias aéreas a favor dos **Contraentes Públicos**, sempre que existam;
- xiii. Proceder a alteração e cancelamento de viagens quando necessário.

b) Alojamento:

- i. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de alojamento mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- ii. Privilegiar opções de alojamento próximas do local do evento;
- iii. Reserva e emissão de vouchers de alojamento em território nacional e internacional;
- iv. Emissão e envio para os **Contraentes Públicos** de vouchers eletrónicos, sempre que seja possível;
- v. Disponibilização de toda a informação útil sobre o alojamento, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, transporte, etc.;
- vi. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam aos **Contraentes Públicos** calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o local do alojamento e o local do evento);
- vii. Disponibilização de informação sobre o alojamento (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar todos os dados da viagem de acordo com o solicitado;
- viii. Negociação de tarifas preferenciais em unidades hoteleiras, para utilização dos **Contraentes Públicos**;
- ix. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com unidades hoteleiras no âmbito de contratos preferenciais que o Estado ou os **Contraentes Públicos** detenham a nível nacional ou internacional;
- x. Criação e manutenção do perfil da Entidade e dos seus “viajantes”, permitindo a aplicação da política de deslocações da respetiva Entidade;

- xi. Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das unidades hoteleiras a favor dos **Contraentes Públicos**, sempre que existam;
- xii. Proceder a alteração e cancelamento de alojamentos quando necessário.

c) Transporte Ferroviário:

- i. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de comboio mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- ii. Reservas e emissões de títulos de transporte nacionais e internacionais;
- iii. Emissão e envio para os **Contraentes Públicos** de bilhetes eletrónicos, sempre que as companhias de transporte ferroviário o permitam;
- iv. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, etc.;
- v. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam aos **Contraentes Públicos** calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o terminal ferroviário e o local do alojamento/ evento);
- vi. Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, permitindo que o cliente possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado;
- vii. Negociação de tarifas de transporte ferroviário preferenciais para destinos específicos, para utilização dos **Contraentes Públicos**;
- viii. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com companhias ferroviárias no âmbito de contratos preferenciais que o Estado ou os **Contraentes Públicos** detenham a nível nacional ou internacional;
- ix. Criação e manutenção do perfil da entidade e dos seus “viajantes”, permitindo a aplicação da política de deslocações da respetiva Entidade;
- x. Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das companhias de transporte ferroviário a favor dos **Contraentes Públicos**, sempre que existam;
- xi. Proceder a alteração e cancelamento de viagens quando necessário.

d) Aluguer de Viaturas (Rent-a-car):

- i. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- ii. Reserva e emissão de vouchers de aluguer de viaturas em território nacional e internacional;

- iii. Emissão e envio para os **Contraentes Públicos** de vouchers eletrónicos sempre que seja possível;
 - iv. Disponibilização de toda a informação útil sobre o aluguer, incluindo serviços incluídos, moradas, etc.;
 - v. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam aos **Contraentes Públicos** calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final;
 - vi. Disponibilização de informação sobre o aluguer de viaturas (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar todos os dados do aluguer de acordo com o solicitado;
 - vii. Negociação de tarifas preferenciais com empresas de rent-a-car, para utilização dos **Contraentes Públicos**;
 - viii. Gestão e aplicação das tarifas negociadas com empresas de rent-a-car no âmbito de contratos preferenciais que o Estado ou os **Contraentes Públicos** detenham a nível nacional ou internacional;
 - ix. Criação e manutenção do perfil da entidade e dos seus “viajantes”, permitindo a aplicação da política de deslocações da respetiva entidade;
 - x. Apoio na elaboração de propostas de adesão a programas de fidelização das empresas de rent-a-car a favor dos **Contraentes Públicos**, sempre que existam;
 - xi. Proceder a alteração e cancelamento de aluguer de viaturas quando necessário.
- e) Outros Serviços Complementares (de aquisição opcional pelas entidades adquirente):
- i. Transferes – transporte entre o terminal aéreo ou ferroviário e o hotel;
 - ii. Vistos – serviço de pedido de vistos em nome do “viajante”;
 - iii. Entrega de documentação – entrega de documentação física (bilhetes de comboio, vouchers, vistos) nas instalações dos **Contraentes Públicos**, ou em locais definidos caso a caso.

CLÁUSULA 22.ª- REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS

1. O **Cocontratante** obriga-se ainda a cumprir os seguintes requisitos técnicos obrigatórios:
 - a) Aconselhamento na gestão dos orçamentos de viagens;
 - b) Apresentação de pelo menos três orçamentos alternativos de valores equivalentes cuja variação entre os mesmos não seja superior a 25%;
 - c) Garantia de aplicação da política de viagens dos **Contraentes Públicos**;

- d) Negociação com fornecedores e deteção de novas oportunidades de poupança;
 - e) Análise conjunta de relatórios estatísticos de poupanças por viagem/estadia;
 - f) Controlo dos desvios face aos objetivos e implementação de ações corretivas;
 - g) Coordenação com o gestor ou gestora de cada **Contraente Público** para assegurar uniformidade dos serviços;
 - h) Acompanhamento contínuo da qualidade do serviço;
 - i) Elaboração dos relatórios a que se refere a Cláusula 7.ª do presente caderno de encargos;
 - j) Prestar atendimento pelos canais telefónico, e-mail e presencial.
2. Os serviços prestados pelo **Cocontratante** carecem de validação e aceitação pelos **Contraentes Públicos**, nos termos do artigo 302.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 23.ª – NÍVEIS DE SERVIÇO

O **Cocontratante** deverá assegurar os níveis de serviço em relação aos serviços identificados na Cláusula 21.ª do presente caderno de encargos, nos termos definidos nos números seguintes:

- a) Garantir atendimento presencial e telefónico todos os dias úteis das 9h às 19h;
- b) Garantir apoio telefónico de assistência em viagem 24 horas/334 dias;
- c) Assegurar que o gestor ou gestora do contrato, possa ser contactado todos os dias úteis das 9h às 19h, no âmbito de questões técnicas e/ou comerciais decorrentes da prestação de serviços;
- d) Garantir atendimento por correio eletrónico todos os dias úteis das 9h às 19h, assegurando um tempo máximo de 24 horas para resposta aos Pedidos de Serviços e respetivos orçamentos por correio eletrónico;
- e) Em casos de urgência, garantir o prazo máximo de 2 horas para resposta aos Pedidos de Serviços e respetivos orçamentos efetuados pelos **Contraentes Públicos**;
- f) Garantir a apresentação dos relatórios no prazo estipulado nas alíneas k) e l) do n.º 2 da cláusula 7.ª;
- g) Garantir a resposta às reclamações e sugestões em prazo inferior a cinco dias de calendário.

ANEXO I – DADOS DOS CONTRAENTES PÚBLICOS

Entidades MAAC	NIPC	Moradas	Contactos
GMAAC - Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática	600086291	Rua do "O Século", n.º 51, 2.º 1200-433 Lisboa	213 232 501/2/3 gabinete.maac@maac.gov.pt
GSEAE - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Energia	600084540		213 232 556/74 gabinete.seaene@maac.gov.pt
GSEAMB - Gabinete da Secretária de Estado do Ambiente	600084655		213 232 511/5 gabinete.seamb@maac.gov.pt
GSECNFOT - Gabinete do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território	600086283		213 232 522/46 gabinete.secnfot@maac.gov.pt
GSEMOB - Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade	600086801		213 232 507/8 gabinete.semob@maac.gov.pt
CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	600079015	Rua de "O Século", 51 - 3.º 1200-433 Lisboa	213 231 541 cnads@sgambiente.gov.pt
SGA - Secretaria-Geral do Ambiente	600086330	Rua de "O Século", n.º 63, 3º 1200-433 Lisboa	213 231 500 sg@sgambiente.gov.pt
EEA GRANTS - Programa Ambiente		Rua Rodrigo da Fonseca, 57 1250-190 Lisboa	213 231 500 ambiente.eeagrants@sgambiente.gov.pt
POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos			211 545 000 poseur@poseur.portugal2020.pt
FA - Fundo Ambiental	600086992	Rua de "O Século", n.º 63, 3º 1200-433 Lisboa	213 231 500 geral@fundoambiental.pt
DGT - Direção-Geral do Território	600084965	Rua da Artilharia Um, n.º 107 1099-052 Lisboa	213 819 600 dirgeral@dgterritorio.pt
DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia	600076610	Av. 5 de Outubro, 208 (Edif. Sta. Maria) 1069-203 Lisboa	217 922 842 energia@dgeg.gov.pt
IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	600084868	Rua de "O Século", n.º 51, 3º 1200-433 Lisboa	213 215 500 igamaot@igamaot.gov.pt
APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	510306624	Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal, Apartado 7585 2611-865 Amadora	214 728 200 geral@apambiente.pt
LNEG, I.P. – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.	508424780	Estrada da Portela, Bairro do Zambujal, Apartado 7586 2610-999 Amadora	210 924 691 info@lneg.pt
ICNF, I.P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510342647	Av. da República, 16 1050-191 Lisboa	213 507 904 icnf@icnf.pt